

# Educação, fator de progresso

MAURO GUIMARÃES



Das três grandes dívidas brasileiras, a interna, a externa e a social, o governo Collor conseguiu abater a primeira, instável e cara, transformando-a numa dívida estável e barata, por meio do bloqueio de 80% dela, em cruzados. A dívida externa não é nem nunca foi o bicho-de-sete-cabeças pintado por aqui, sobretudo entre políticos e economistas terceiro-mundistas e durante o governo Sarney, com uma moratória que não nos levou a lugar nenhum, a não ser aos cenários do vaxame internacional. Uma renegociação da dívida externa, com um mínimo de inteligência, estará, no entanto, condicionada a pelo menos dois fatores: em primeiro lugar, o óbvio, como sabe qualquer banqueiro provinciano; o desembolso para novas amortizações de juros subordinado à capacidade de pagamento do País, sem o estrangulamento das nossas reservas cambiais; depois, qualquer nova negociação precisará ser um canal para a retomada dos investimentos, a fim de que a poupança internacional volte a contribuir para o crescimento brasileiro.

A terceira dívida, a social, que, na verdade, tem a idade do Brasil, não é tarefa para um só governo. Nem deve ser responsabilidade isolada do governo. De qualquer governo. Os nú-

meros impressionantes da dívida social devem comprometer a sociedade como um todo. Além de humilhada por eles, a sociedade brasileira precisa começar a se sentir, também, indignada.

Em meio a um quadro devastador de pobreza e alienação de milhões de brasileiros, essa dívida social contempla, com a relativa indiferença da sociedade e das suas lideranças, um aspecto sombrio, que é o da ignorância, imposta aos contingentes majoritários da população pela falência criminosa do nosso sistema educacional. E nele, dominantemente, o da destruição do ensino público no Brasil. E, como se fosse preciso acrescentar algum fermento a essa tragédia nacional, os governos que conseguiram destruir a escola pública vêm, há tempos, se esforçando para liquidar também com o sistema privado de ensino.

Para ressaltar, resumidamente, a importância e as implicações dramáticas que o atual estágio do ensino no Brasil revela, bastaria a lembrança de uma velha advertência de H.G. Wells, para quem "a civilização é uma corrida entre a educação e a catástrofe".

No Brasil, o resultado dessa corrida terá de ser determinado por todos nós. Mas a partida, os passos iniciais para resgatar da falência o nosso sistema educacional, deve ser dada, prioritariamente, pelo governo, em todos os níveis: no Executivo e no Legislativo, na esfera federal e nas dos Estados e municípios. O que fazer pode, e deve, ser objeto de um grande debate nacional, como, por exemplo, o que se realiza há algum tempo entre

a rica e bem-educada sociedade norte-americana e, mais recentemente, pelos argentinos.

Agora, sobre o que não fazer, é exemplo gritante o recente acordo entre o MEC e os reitores federais. Aliás, não se trata nem de acordo, mas de um exercício de malandragem política, pelo qual as universidades federais ficam imunes à reforma administrativa do governo, preservando os empregos da sua enorme e dispendiosa burocracia, em troca de anunciado aumento do número de vagas. Mais uma vez se troca a qualidade do ensino pela quantidade. É a baixa política a serviço do empreguismo, do corporativismo. E, assim, com as exceções conhecidas, as universidades federais continuarão ministrando um ensino estultificante, incapaz de gerar corretas habilitações, de transmitir conhecimento e, muito menos, de produzir pensamento original.

Na direção oposta ao desperdício do ensino superior, o País precisa retirar do quarto de despejo das dotações orçamentárias o ensino primário e médio. É necessário superar a estéril disputa entre economistas e pedagogos, rompendo a fase de estagnação do ensino que lhe vem sendo imposta, e promover a integração do seu formidável potencial humano ao processo de desenvolvimento. O primeiro passo é conceituar, verdadeiramente, a educação como investimento. Em outras palavras, não entendê-la simplesmente como resultante, mas como fator de progresso. E, ao mesmo tempo, reconhecê-la, acima de tudo, como instrumento para desenvolver re-

ursos humanos. Isto é, corrigir a visão deformada que temos hoje da educação, encarada como símbolo de um privilégio social, para considerá-la como o único e necessário caminho da preparação efetiva para a vida na comunidade. O adequado desenvolvimento de recursos humanos constitui indicador de modernização e progresso mais realista que qualquer outra medida isolada. A sociedade necessita de agentes humanos habilitados para mobilizar capital, explorar recursos naturais, criar mercados e impulsionar o comércio. Desenvolver recursos humanos, afinal, é pressuposto indispensável para todos os tipos de crescimento: social, político, cultural e econômico.

Em sociedade tão carente como a nossa, a educação, mais do que qualquer outro instrumento de origem humana, é a grande igualadora das condições sociais entre os homens. Como lembrou um grande educador norte-americano. Horace Mann, dá a cada homem a independência e os meios de resistir ao egoísmo dos outros homens: "Faz mais do que desarmar os pobres de sua hostilidade para com os ricos: impede-os de ser pobres".

Mauro Guimarães, jornalista, é vice-presidente da Salles Interamericana

**Por decisão da Diretoria do Estado, fica suspensa, de hoje até o dia 3 de outubro, a publicação de artigos de quaisquer candidatos a cargos eletivos nas seções Espaço Aberto do jornal.**